

MATHIAS
AMADOU

Manual de apoio

SOBRE A POLÍTICA
DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO
DA UNIÃO EUROPEIA



EDITORES

Leonidas Antonakopoulos
 Georges Eliopoulos
 Comissão Europeia
 D-G Desenvolvimento
 Unidade de Informação e Comunicação
 Rue de la Loi, 200
 B-1049 Bruxelas

CONSULTANTE

Luc Dumoulin, Mostra! Communication

ILUSTRAÇÕES

Philippe de Kemmeter

TEXTO

Valérie Michaux

GRAFISMO

Marc Dausimont

Este livro está disponível nas onze línguas comunitárias.
 O seu conteúdo (texto e ilustrações) não reflecte necessariamente os pontos de vista da Comissão Europeia.
 Reprodução autorizada mediante indicação clara e explícita da fonte.

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003

ISBN 92-894-5543-8

ISBN 92-894-5534-9

© Comunidades Europeias

O maior desafio para os próximos vinte e cinco anos consiste em reduzir para metade a intolerável pobreza que grassa no mundo.

Quem se empenhou em o enfrentar não viverá, sem dúvida, o suficiente para ver os seus esforços totalmente coroados de êxito. Os nossos filhos terão de nos render nessa tarefa. Os que conhecem intuitivamente o significado do termo partilha têm de ser levados por nós a descobrir e compreender como e porquê todos nós, sem excepção, onde quer que estejamos e com os meios de que dispomos, podemos contribuir para a construção de um mundo melhor, em que o Norte e o Sul unam, de facto, os seus destinos.

A educação constitui uma das nossas duas prioridades para o ano 2002. Assim, concebemos um pequeno livro ilustrado para, em termos simples, explicar às crianças europeias entre os seis e os oito anos o significado da **cooperação para o desenvolvimento** e o que a União Europeia se propõe fazer neste domínio. Intitulámo-lo "**Matias e Amadou**".

A fim de que todos – pais, professores e educadores em geral – estejam em condições de ajudar as suas crianças na abordagem do livro, elaborámos uma breve **manual de apoio** que revela parte da realidade oculta por trás o 16 quadros que o compõem.

Espero sinceramente que o manual vos seja útil e que possamos, em conjunto, abrir o espírito e o coração das nossas crianças para a fascinante e gratificante aventura da cooperação para o desenvolvimento.



Poul Nielson

MEMBRO DA COMISSÃO EUROPEIA
 RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO E AJUDA HUMANITÁRIA





Uma noite, Matias vê um programa de televisão sobre os animais das planícies africanas. Para este rapaz de oito anos, a África pouco mais significa do que o mato e os animais que nele habitam. Ainda ignora tratar-se de um continente que sendo, por um lado, imensamente rico em paisagens, tradições e culturas, é, por outro lado, um dos mais pobres do planeta e onde a maior parte das crianças da sua idade não desfruta das mesmas oportunidades a que ele tem acesso.

Qualquer tentativa de definir o termo pobreza ficará sempre muito aquém da realidade.

Pobreza é passar fome, é não termos um tecto que nos cubra a cabeça. É não ter a possibilidade de ir à escola e nunca aprender a ler e a escrever.

Pobreza é estar desempregado e ter de viver da mão para a boca, sem saber o que trará o dia de amanhã. Pobreza é ter de assistir impotente à morte dos filhos devido

à doenças causadas por águas inquinadas. Mas pobreza é, sobretudo, não ser livre nem ter a possibilidade de se fazer ouvir. Daí que a pobreza tenha múltiplas faces. Assume diferentes aspectos em diferentes lugares, e muito se tem escrito sobre o tema.



A pobreza é *aferida*, a maior parte das vezes, através de uma série de indicadores baseados em fórmulas complexas, mas que integram, pelo menos, três variáveis: esperança de vida, nível de instrução e rendimento *per capita*. São estes os “indicadores de desenvolvimento humano”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a que recorremos quando queremos ordenar os países, do mais rico ao mais pobre. De acordo com esta classificação, os países actualmente mais pobres são: a Serra Leoa, o Níger, o Burundi, o Burkina Faso, a Etiópia, Moçambique, a Guiné-Bissau, o Chade, a Republica Centro-Africana e o Mali, todos situados em África. O que não quer dizer que não haja pobres noutros países ou noutros continentes. Definiu-se, mesmo, um *limiar de pobreza* abaixo do qual as pessoas são classificadas como pobres: quando alguém tem menos do que um euro por dia para viver, diz-se que atingiu o nível da *pobreza extrema*. Na África subsariana ou no sul da Ásia, mais de 40% da população ainda não ultrapassou esse limiar.

Organizações internacionais para o desenvolvimento, como o Banco Mundial e alguns organismos da Nações Unidas, consideram o combate à pobreza absolutamente prioritário e empenharam-se em diminuir para metade o número das suas vítimas até 2015.

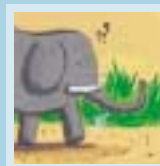
A União Europeia tem um papel fundamental na consecução deste objectivo. Em conjunto com os Estados-Membros, é responsável por cerca de 50% da ajuda pública ao desenvolvimento internacional e por mais de dois terços da ajuda sob a forma de doação. Neste domínio, é considerada o maior dador a nível mundial.



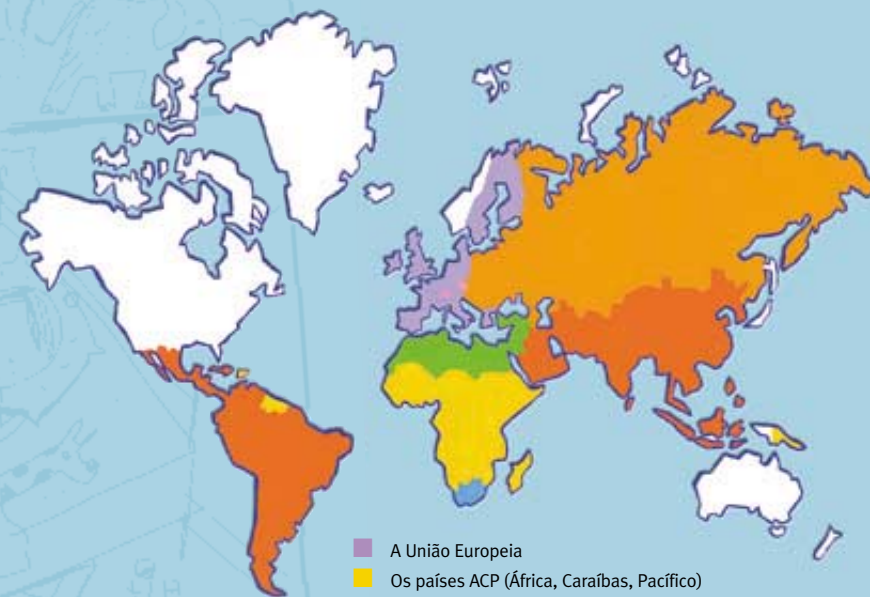
Para o Matias, e para muitas outras crianças da mesma faixa etária, os países mais pobres – ou os países em desenvolvimento – encontram-se todos em África. O que não é, obviamente, verdade.



Dos quarenta e nove países identificados pelas Nações Unidas como estando entre os mais pobres ou “menos desenvolvidos” do mundo, trinta situam-se em África, mas outros dez pertencem à região das Caraíbas e do Pacífico e, só na Ásia, temos o Afeganistão, o Bangladesh, o Butão, a Birmânia, o Laos, as Maldivas, o Nepal e o Iémen. A pobreza e o subdesenvolvimento também estão presentes na América Latina. As Nações Unidas identificaram recentemente outros dezasseis países em vias de se tornarem *países menos desenvolvidos* (PMD), quatro dos quais em África.



A luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento dos países do hemisfério sul não se confina, por isso, aos países africanos. Várias regiões do mundo beneficiam da ajuda comunitária, sendo o maior grupo o dos *Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico*, ou ACP, que compreende 48 países africanos, 15 das Caraíbas e 14 da região do Pacífico. Estes 77 países ACP estão associados aos quinze actuais Estados-Membros da União Europeia através do Acordo de Cotonu (*ver caixa, quadro 3*). As restantes regiões incluem o sul do Mediterrâneo e o Médio Oriente (países do Magrebe, do Mashrek e Israel), América Latina, Sudeste Asiático, os países e territórios ultramarinos dependentes constitucionalmente de quatro Estados-Membros da União Europeia (Reino Unido, França, Países Baixos e Dinamarca) mas que não são Estados independentes, países da Europa Central e as repúblicas da antiga União Soviética (Repúblicas da Comunidade de Estados Independentes).



- A União Europeia
- Os países ACP (África, Caraíbas, Pacífico)
- Os países do Mediterrâneo (MEDA)
- Ásia e América Latina (ALA)
- Os países da Europa Central e Oriental (PECO) e os Novos Estados Independentes (NEI)

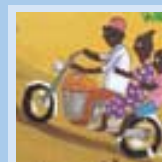


Foi com África que Matias sonhou naquela noite. O país para onde o seu sonho o conduziu podia ser qualquer um dos que se confrontam com os problemas inerentes ao desenvolvimento. Logo que "aterrou", Matias toma plena consciência de alguns deles: a pobreza, a poluição e a falta de meios de transporte.

Para lá dos mencionados no conto, os países do Sul debatem-se com vários outros obstáculos que dificultam o desenvolvimento. Esses obstáculos são de natureza externa e interna. Internamente, o défice democrático repercute-se claramente na propagação da pobreza. Além disso, a falta de recursos financeiros dificulta o acesso às infra-estruturas básicas económicas (comunicação, energia e transportes) e sociais (habitação, saúde e educação). Os mecanismos internacionais também entravam o seu desenvolvimento: o serviço da dívida priva-os dos capitais necessários, a cotação das matérias-primas não os favorece e o proteccionismo praticado pelos países industrializados priva-os de mercados.



A localização geográfica de alguns deles constitui mais um obstáculo ao desenvolvimento. Países que se encontram em situação de enclave, sem acesso directo ao mar, ou ilhas constantemente ameaçadas por catástrofes naturais são, reconhecidamente, os mais vulneráveis.



Em 1957, por altura da assinatura do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia (futura União Europeia), certos Estados signatários expressaram o desejo de contribuir para a prosperidade das colónias, associando à Comunidade os territórios ultramarinos com que mantinham relações especiais e cuja maior parte se situava em África. Desta iniciativa nasceu a determinação da então Comunidade Económica Europeia (CEE) de contribuir para o progresso dos países menos desenvolvidos, ou, por outras palavras, de “cooperar para o seu desenvolvimento”. A Comunidade adoptou então uma política de desenvolvimento que tem evoluído ao longo do tempo e que tem actualmente por objectivo a

promoção do desenvolvimento sustentável através da erradicação da pobreza nos países do Sul e da integração destes na economia mundial. Para além destes objectivos nas esferas económica e social, outros há que pertencem à esfera política: contribuir para a consolidação da democracia e do primado da lei e assegurar o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

» O ACORDO DE COTONU

Acordo de Cotonu constitui o principal instrumento da política de desenvolvimento da União Europeia e abrange o grupo dos 77 países ACP. Trata-se de um acordo de parceria assinado pelos quinze actuais Estados-Membros da União Europeia e pelos Estados ACP em Junho de 2000, na capital do Benim. No seguimento das sucessivas Convenções de Lomé, o Acordo de Cotonu centra-se no objectivo da redução da pobreza e baseia-se no diálogo político, na ajuda ao desenvolvimento e no reforço da cooperação económica e comercial.



Na sua "primeira viagem"

a África, Matias dá por si numa camioneta sobrelotada que se arrasta por um caminho todo esburacado. Apesar do "Africa Express" pintado no veículo, as más condições das infra-estruturas viárias nos países em desenvolvimento tornam-se óbvias. Para já não falar nas consequências para a segurança dos passageiros e para a velocidade de deslocação.

A inadequação dos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo e das infra-estruturas portuárias constitui um

obstáculo ao bom funcionamento da economia dos países mais pobres. Este problema de subdesenvolvimento das infra-estruturas de transporte é particularmente preocupante nos *países menos desenvolvidos* (PMD) de África. A densidade da rede de estradas oscila, no caso deste últimos, entre cerca de cinco e umas escassas centenas de quilómetros por cada 1.000 Km² de superfície (menos de um quinto alcatroadas).

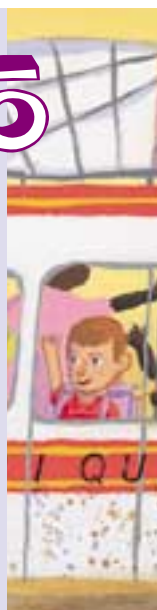


A criação de sistemas de **transporte sustentáveis** constitui uma prioridade à luz da política de desenvolvimento comunitária, que encara os transportes como uma componente-chave do progresso económico dos países em desenvolvimento.

A União Europeia tudo fará para encorajar a criação, nestes países, de sistemas de transporte fiáveis e que, simultaneamente, não agredam o ambiente e tomem em consideração o bem comum. Tais sistemas devem não só garantir a circulação de mercadorias – de importância vital para o comércio e a actividade económica – mas também proporcionar à população o acesso a serviços essenciais como os cuidados de saúde e a educação, bem como promover o emprego. O seu adequado funcionamento contribuirá para o desenvolvimento socio-económico e incentivará a integração destes países na economia mundial.

Uma infra-estrutura de transportes eficiente é, para a União Europeia, um dos fundamentos da prosperidade económica (ver quadro 13).





Na camioneta, Matias conhece Amadou, cujo pai trabalha numa plantação de cacau, e surpreende-se ao ver que outras crianças também se apeiam e se dirigem para a plantação. Nunca imaginara que meninos e meninas da sua idade tivessem de trabalhar, em vez de ir para escola aprender a ler e a escrever.

Nos países menos desenvolvidos, duas em cada três crianças não vão à escola. No Níger, por exemplo, só um quarto das crianças frequenta um estabelecimento de ensino, donde resulta que apenas 15% habitantes do país maiores de quinze anos sabem ler e escrever. Embora a taxa de alfabetização permaneça muito baixa em certos países em desenvolvimento, cabe assinalar que, entre 1970 e 1995, aumentou em cerca de metade, passando dos 48% para os 70%. No entanto, embora esteja próxima dos 90% no Sudeste Asiático e no Pacífico, bem como na América Latina e nas Caraíbas, não ultrapassa os 60% em África e os 51% no sul da Ásia.

As crianças que não frequentam a escola têm, em muitos casos, de ajudar a sustentar a família. Isto conduz a graves violações dos seus direitos fundamentais, nomeadamente, condições de trabalho por vezes próximas da escravatura. As organizações humanitárias têm denunciado essas práticas nas plantações de cacau de alguns países da África Ocidental, como a Costa do Marfim.



Nestas condições, justifica-se que uma das áreas prioritárias de intervenção da União Europeia seja a do **direito ao ensino para todos**, sublinhando o papel crucial da educação e da formação no combate à pobreza e como uma poderosa alavanca de desenvolvimento dos países do Sul.

A União Europeia procura, fundamentalmente, aumentar os recursos destinados especificamente ao ensino básico, de modo a torná-lo de **acesso livre e obrigatório** para rapazes e raparigas – que, muitas vezes, ainda dele continuam excluídas – melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade do sistema educativo.





O apoio aos serviços educativos, através, sobretudo, do financiamento da construção de escolas, constitui uma das iniciativas da União Europeia na luta contra a pobreza. Mas, no domínio do acesso aos serviços sociais, a intervenção comunitária não se limita ao ensino e à formação. É a isso que o professor se refere quando fala da construção do dispensário.

É cada vez mais consensual que a **promoção da saúde pública** e do bem-estar dos cidadãos favorece o crescimento sustentável e a erradicação da pobreza. Nos países em desenvolvimento, três das principais doenças transmissíveis (o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose) matam anualmente cerca de cinco milhões de pessoas. Estas doenças são responsáveis por 60% da mortalidade nos países do Sul. Todavia, na Nigéria e no Sudão, apenas 10% a 15% da população tem acesso a medicamentos essenciais e a vacinas. Numa época em que se observa o afloramento de certas pandemias, como a da tuberculose, apenas 22% das crianças com um ano na República Democrática do Congo estão vacinadas contra esta doença mortal.



A União Europeia tem por objectivo melhorar o nível de saúde dos mais pobres, precisamente aqueles cujo acesso aos cuidados de saúde continua muito limitado. Por ser verdade que as doenças mortais prejudicam gravemente o desenvolvimento destes países, a EU investiu fortemente na luta contra as principais doenças transmissíveis, como a malária, a tuberculose e também a SIDA, que continuam a aumentar em muitos países em desenvolvimento. A União Europeia considera que, tal como na área do ensino, a existência de um sistema eficiente na área da saúde pública constitui um factor essencial de redução da pobreza e de desenvolvimento.





Matias faz uma pausa para descansar e prova uma manga, um fruto cultivado sobretudo na Costa do Marfim, no Mali, no Senegal, na África do Sul, no Brasil e até no Peru, bem como nas Caraíbas, e que se destina principalmente à exportação. Porém, a monocultura de produtos para exportação destrói a diversificação imprescindível à subsistência dos seus habitantes. A ausência de segurança alimentar é um dos maiores problemas com que se debatem alguns países do Sul.

Embora não seja o caso de Amadou, em vários destes Estados, e por razões muito variadas (sobretudo guerra e catástrofes naturais), a população sofre de subnutrição ou passa mesmo fome. Entre 1996 e 1998, 34% da população da África subsariana encontrava-se subalimentada. No Burundi, na Eritreia e na República Democrática do Congo, onde respectivamente, 68%, 65% e 61% dos habitantes estão em situação de fome, fala-se já em catástrofe humanitária.



«Existe **segurança alimentar** quando todos os seres humanos têm acesso físico e económico continuado a alimentação salutar e nutritiva que lhes permita satisfazer as suas necessidades energéticas e preferências alimentares e levar uma vida saudável e activa.» É precisamente este

objectivo, definido pela Cimeira Mundial da Alimentação, que a União Europeia se propõe alcançar. O auxílio alimentar e outras iniciativas com vista à segurança alimentar são instrumentos importantes da política comunitária de ajuda ao desenvolvimento quer a curto, quer a longo prazo. Estas iniciativas visam essencialmente garantir a segurança alimentar e elevar o nível de nutrição das populações beneficiárias, contribuindo para uma economia equilibrada e o desenvolvimento social.





As mangas anteriormente mencionadas, bem como muitos outros frutos que comemos todos os dias, vêm dos países do Sul. Chamamos-lhes "frutos exóticos", tal como aos quivis, aos cocos e à cana-de-açúcar, ou ao ananás, às bananas e a algumas variedades de laranja e toranja. Estes produtos são exportados da África, da América Latina e das Caraíbas para a Europa e distribuídos nos supermercados e pequenos estabelecimentos, como o do pai do Matias. Os lucros da sua venda geram recursos nos países do Sul que constituem um importante meio de combate à pobreza.

Até 1980, os governos dos países em desenvolvimento garantiram o crescimento das respectivas economias através de um modelo de "substituição de importações", protegendo as indústrias nacionais com elevadas taxas aduaneiras e controlando os investimentos estrangeiros. A incapacidade de pagamento da dívida, no início da década de 1980, colocou-os sob a alçada de instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário

Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que aconselham geralmente os países do Sul a procurarem o desenvolvimento pela via da integração no mercado mundial. O comércio internacional é regulado por mecanismos que são, por vezes, de grande complexidade. Um deles, de há muito preconizado pela União Europeia, é conhecido por *sistema de*



preferências generalizadas. Trata-se de um meio de favorecer os países em desenvolvimento permitindo que os seus produtos entrem no mercado dos países industrializados sem pagar direitos aduaneiros. Por serem mais baratos, esses produtos têm então maior possibilidade de ser adquiridos pelos consumidores do que os da concorrência. Porém, as *preferências* que a União Europeia tem vindo a conceder há já um quarto de século aos países ACP vão tornar-se *recíprocas*: estes países terão de abrir as fronteiras, do mesmo modo que a UE abre as suas.



Para a União Europeia, os países em desenvolvimento terão de se integrar no mercado internacional para alcançarem um desenvolvimento sustentável. Enquanto principal parceiro comercial dos *países em desenvolvimento*, a UE contribui para a sua integração no **comércio mundial** e, logo, para o combate à pobreza, promovendo, simultaneamente, o seu desenvolvimento.

Mais ainda, para impedir que os pequenos produtores sejam engolidos pela economia mundial e para os tornar mais competitivos, a UE procura reforçar o chamado "**comércio equitativo**" enquanto meio de combate à pobreza. O comércio equitativo visa garantir aos produtores uma quota justa nos lucros globais e, simultaneamente, dada a carência de serviços sociais e de estruturas representativas do trabalho (sindicatos, por exemplo), melhorar o seu nível de vida.

Numa apresentação que faz na aula, Matias fala do tio que trabalha para uma **organização não governamental** (ONG) em África. As ONG emanam da sociedade civil e colaboram na ajuda aos países em desenvolvimento. Há já alguns anos que a União Europeia reconhece o seu papel determinante e co-financia não só as suas iniciativas a nível local, como também campanhas de sensibilização da opinião pública europeia para os problemas do desenvolvimento e para o quadro das relações entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Apoia, ainda, todas as medidas que visem fortalecer a cooperação e a coordenação entre as ONG europeias e as instituições comunitárias.



A publicidade tende a invadir cada vez mais as nossas sociedades. O Sul não constitui uma excepção a este fenómeno, o que é atestado pela presença nesses países de empresas privadas que promovem produtos destinados ao consumo. Na banda desenhada, a publicidade refere-se a uma marca de refrigerantes, mas a produção local torna-se cada vez mais diversificada, e os produtos estrangeiros também invadem o mercado interno.

Quer no mundo industrializado, quer no dos países em desenvolvimento, um sector privado dinâmico contribui efectivamente para o crescimento económico, o desenvolvimento e a diminuição da pobreza, e constitui uma importante fonte de investimento em países que não podem contar com uma poupança interna suficiente ou com a ajuda pública ao desenvolvimento – a qual tende a diminuir – para concretizar os seus objectivos de desenvolvimento. O capital privado vai gradualmente tomando o lugar da ajuda institucional na transferência de divisas dos países industrializados para os países em desenvolvimento. Este sector é, para além do mais, uma fonte de tecnologia e de competências, facilitando o acesso aos mercados mundiais, estimulando o comércio e a concorrência e criando



emprego, formação e infra-estruturas – efeitos esses que, por si só, têm repercussões sociais importantes. Mas o capital privado não se canaliza para os países que dele mais necessitam. Em muitas nações de África, das Caraíbas ou do Pacífico o desenvolvimento do sector privado é prejudicado pela falta de confiança nas respectivas economias, para não mencionar as deficiências ao nível das políticas, das infra-estruturas e das instituições públicas ou as debilidades do sector privado, dos serviços financeiros e não financeiros voltados para as empresas e, em certos casos, até a capacidade de gestão das próprias empresas. A normal actividade e o desenvolvimento deste sector exigem, no entanto, uma certa estabilidade no país, que só é possível de atingir através de uma gestão competente dos assuntos públicos e do respeito dos direitos humanos e do primado da lei. No quadro dos programas de ajustamento estrutural, a comunidade internacional, e em particular a União Europeia, apoiam os processos de privatização (a compra da participação do Estado em empresas públicas por investidores privados) em curso em muitos dos países do Sul.



A União Europeia considera o sector privado como o motor do crescimento económico e a maior fonte de emprego nos países em desenvolvimento. A expansão deste sector está, para a UE, estreitamente relacionada com a consecução dos principais objectivos de desenvolvimento de um país, ou seja, o progresso económico e social, a integração na economia mundial e o combate à pobreza. Recentemente, a União Europeia foi mesmo mais longe e fez do sector privado – que considera um dos esteios fundamentais do desenvolvimento – um parceiro privilegiado na concepção de políticas desenvolvimentistas, em pé de igualdade com a sociedade civil. Um dos aspectos mais inovadores do Acordo de Cotonu é o de os países ACP terem obrigatoriamente de ouvir os respectivos sectores privados para a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento.



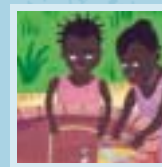
Quando se dirigem para a aldeia, Amadou e Matias encontram um grupo de mulheres, envergando vestes longas e vivamente coloridas, que estão a encher grandes potes com água de um poço. As mulheres interrompem a sua tarefa para conversar. É uma cena do quotidiano, quase idílica! Esconde, no entanto, um problema com que se debate a maioria das comunidades rurais dos países do Sul: a falta de água potável. Só então Matias compreende que a água, na terra do seu amigo, não nasce nas torneiras! Na melhor das hipóteses tem de se tirar de um poço que, na maior parte dos casos, dista vários quilómetros da aldeia. É uma das tarefas diárias na aldeia de Amadou, onde se escavaram poços, numa tentativa de prevenir doenças, como a diarreia, causadas por bactérias e outros parasitas que se reproduzem na água estagnada e fétida de um canal, ainda utilizada para consumo humano.

Relatórios da Organização Mundial de Saúde (OMS) de meados da década de 1970 estimam que cerca de 80% das doenças que grassam nos países em desenvolvimento se relacionam com água imprópria para consumo humano e com a falta de higiene. Duas regiões em África experimentam graves problemas relacionados com o solo e o abastecimento de água: as regiões desérticas e semidesérticas dos planaltos subsarianos.



Nessas regiões, a escassez de água é um problema crucial.

Caracterizadas por climas secos, terão enormes dificuldades em garantir, durante os próximos trinta anos, a sua auto-suficiência neste domínio. O *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (UNDP) informa-nos de que, em 1999, apenas 13% da população da Eritreia tinha acesso a um ponto de abastecimento de água digno desse nome. Estima-se que a quantidade de água necessária para satisfazer os requisitos básicos do metabolismo humano seja de 2,5 litros por pessoa e por dia. Períodos de seca recorrente deixam estes países numa situação precária. Embora a situação seja mais grave nas áreas rurais, as cidades – com o crescimento da pobreza urbana – também são afectadas. Nos países em desenvolvimento, mais de seiscentos milhões de pessoas vivem actualmente sem acesso a água potável ou a saneamento básico. E esta realidade tende a agravar-se.



Neste contexto, compreende-se que um dos objectivos prioritários da União Europeia no combate à pobreza nos países do Sul seja o de tentar assegurar o acesso das populações a um abastecimento de água satisfatório, quer quantitativa, quer qualitativamente. A UE procura também melhorar o nível sanitário da água através da recuperação ou da construção de sistemas adequados às necessidades destes países, bem como às suas capacidades tecnológicas e financeiras.

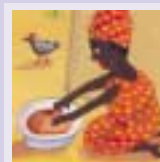


Embora não o queira dizer ao amigo, Matias estranha que sejam as mulheres a carregar à cabeça os potes cheios de água e surpreende-se por não ver um único homem a participar nesta tarefa tão pesada.

Não lhe ocorre, porém, que está justamente a levantar uma questão muito importante: a do papel que as mulheres desempenham nos países em desenvolvimento. O número de famílias monoparentais em que a mulher é o chefe de família tem vindo a aumentar exponencialmente nos países do Sul. No Senegal, por exemplo, a proporção de mulheres que assumiu esse papel aumenta sem cessar desde 1991. É nos países em desenvolvimento, em particular, que as mulheres desempenham um papel crescente e determinante, embora ignorado, no desenvolvimento. Esse papel é vital em todos os domínios relacionados com a nutrição e a segurança alimentar e, sobretudo, no da produção



de alimentos. No Ruanda, por exemplo, as mulheres são responsáveis por 79% das horas de trabalho dedicadas à produção alimentar. No Togo, 57% dos agricultores são mulheres, que asseguram praticamente a totalidade da produção hortícola nas áreas rurais.

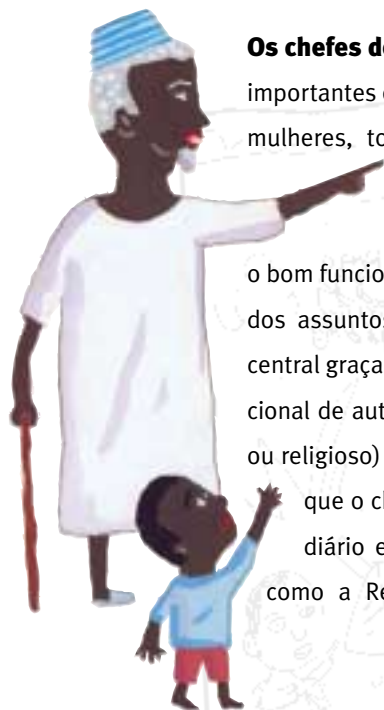


Neste contexto, a integração das questões de género na cooperação para o desenvolvimento tornou-se um objectivo fundamental da UE. Um dos mais importantes factores novos, quer no âmbito das organizações internacionais, quer no de um grande número de ONG, é a parametrização do papel das mulheres no desenvolvimento, em particular através da *perspectiva de género*, que visa reduzir a discriminação e a desigualdade que atingem as mulheres. Estas, juntamente com as crianças, encontram-se geralmente entre os mais desfavorecidos. Nos últimos vinte anos, tem-se assistido a um aumento da taxa de pobreza afectando especialmente a população feminina (fala-se mesmo, actualmente, em *feminização da pobreza*), e estima-se que, dos mil e quinhentos milhões de pessoas consideradas pobres, 70% sejam mulheres. No entanto, na maior parte das sociedades, o bem-estar depende sobretudo – se não exclusivamente – da situação pessoal. Auxiliar as mulheres (pobres) a melhorar a sua situação equivale a ajudar famílias inteiras e toda a sociedade. A discriminação feminina constitui um obstáculo muito importante ao desenvolvimento. A União Europeia propõe-se, pois, incluir a questão da igualdade entre os sexos em todas as políticas de cooperação para o desenvolvimento, levando sempre em linha de conta o estatuto especial das mulheres nas respectivas sociedades.



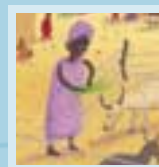


Quando o Matias chega à aldeia do Amadou, é saudado pelo chefe. Esta recepção pode ser vista como uma honra, porque os chefes tradicionais ainda dispõem de considerável poder em muitas nações africanas, apesar da presença de governos eleitos, burocracias e outras entidades oficiais.



Os chefes de aldeia são, por tradição, referências morais importantes em muitos países do Sul e, no que se refere às mulheres, tornaram-se os parceiros incontornáveis das organizações internacionais para o desenvolvimento. Depende deles, muitas vezes, o bom funcionamento da comunidade e a gestão da terra e dos assuntos correntes. Desempenham, pois, um papel central graças ao seu estatuto triplo: enquanto figura tradicional de autoridade, enquanto símbolo do poder (mágico ou religioso) e enquanto autoridade institucional, uma vez que o chefe é um funcionário do Estado, um intermediário entre o povo e o Governo. Em vários países, como a República Democrática do Congo, os chefes

tradicionais são agentes informais do desenvolvimento rural e certas leis descentralizadoras reforçaram mesmo a sua posição. No Níger, assumiram o compromisso de promover a escolarização das raparigas, a fim de diminuir a grande disparidade entre elas e os rapazes neste domínio.



A comunidade internacional e, em particular, a União Europeia, têm plena consciência do papel dos chefes tradicionais na governação local em África e reconhecem a importância da sua integração, bem como a de toda a **sociedade civil**, no processo de tomada de decisões, de execução e de avaliação de resultados no âmbito dos projectos de desenvolvimento. Colaborar com as estruturas locais é fundamental se quisermos respeitar as culturas das populações, facilitar a rápida disseminação da informação e promover a mobilização das pessoas. Há quem perfilhe a opinião de que, sem a inclusão desse importante agente do desenvolvimento rural que é o chefe de aldeia, os projectos estão condenados a sofrer atrasos, dificuldades e mesmo sabotagem. A União Europeia coloca ênfase especial nas chamadas abordagens *participativas* e na necessidade de incluir outros actores não governamentais além das ONG – entre os quais as autoridades locais –, em todo o processo relativo à política de desenvolvimento. A chamada cooperação *descentralizada* representa uma nova abordagem neste domínio, colocando os agentes principais no âmago da execução da política de cooperação para o desenvolvimento e visando o duplo objectivo de adequar as acções às necessidades reais e de tornar viáveis as iniciativas.



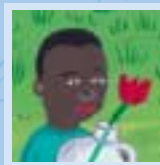
A **recuperação** das estradas referida pelo chefe da aldeia resultará, de facto, em menos acidentes, mas terá, para além desse, muitos outros benefícios. Conforme é exposto no quadro n 4, a melhoria da rede viária facilitará a circulação de pessoas e mercadorias em todo o país. Mas a recuperação das estradas também contribui para aproximar as diversas regiões entre si. Um sistema viário funcional dinamiza o comércio entre países vizinhos, permitindo que se tornem "parceiros regionais".

A falta de estradas, sobretudo na África subsariana, dificulta todas as tentativas de abertura e de integração económica de países potencialmente ricos. No caso da África Central, os investidores são unânimes em considerar que o baixo nível de integração económica se deve parcialmente à falta de transporte interior, responsável por uma grande parte do volume total de circulação de mercadorias. Ora, a **integração económica a nível regional e sub-regional** é um meio de assegurar a inclusão gradual dos países em desenvolvimento na economia mundial. A pequena dimensão dos respectivos mercados internos, bem como a sua especialização, tornam estes países extremamente vulneráveis aos choques económicos. A abertura aumenta, na maior parte vezes, a inter-



dependência. Alguns países têm mesmo participado acti-

vamente nas políticas económicas das nações vizinhas. Assim, a coordenação regional, seja qual for a forma assumida, torna-se imperativa. Há já alguns anos que os países em desenvolvimento têm intensificado os seus esforços para incrementar a integração económica a nível regional e, em diversas partes do mundo, assiste-se a tentativas de reactivar ou alargar acordos regionais já existentes, ou mesmo de criar novos agrupamentos. Os exemplos mais conhecidos são a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – que incluiu no seu programa a liberalização do comércio –, a Mercosur, na América Latina, a União Económica e Monetária da África Ocidental (EMUWA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o CARICOM e o CARIFORUM, nas Caraíbas.

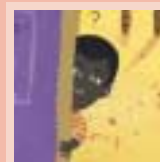


Um dos principais objectivos no domínio do desenvolvimento atribuídos pelo Tratado de Maastrich à União Europeia foi o da *incorporação gradual e harmoniosa dos países em desenvolvimento na economia mundial*, e é consensual que a integração regional se enquadra plenamente no âmbito desta estratégia. A União Europeia apoia as iniciativas de integração através de acções em três domínios interdependentes: reforço de capacidades na área da integração económica regional (incluindo assistência técnica, formação profissional e investigação), a nível das instituições regionais e dos governos centrais; ajuda ao sector privado com a finalidade de facilitar a sua reestruturação tendo em vista um mercado regional mais alargado ou mesmo a globalização; apoio aos governos que participam na realização da integração regional, auxiliando-os a ultrapassar o impacte transitório nos respectivos orçamentos nacionais.



Amadou e Matias tornaram-se amigos. Falam agora um com o outro e compreendem-se melhor.

Também no plano internacional se fala muito em diálogo, especialmente ao nível político. O objectivo do “diálogo político” é o de evitar crises. A União Europeia sempre encarou esse diálogo como um dos esteios fundamentais das suas relações com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).



No passado, os debates políticos entre os países ACP e a União Europeia centravam-se num pequeno número de assuntos e eram conduzidos num quadro formal, o que prejudicava a discussão aberta. A Convenção de Lomé tem servido de palco privilegiado para o diálogo político entre a Europa e a África (subsariana), mas o novo acordo de parceria (Acordo de Cotonu) estabelece esse diálogo como um instrumento fundamental das relações mútuas. No quadro das relações entre a União Europeia e o grupo dos países ACP, o diálogo político visa promover os direitos humanos, a democracia e o reforço estrutural dos Estados que beneficiam da ajuda da UE. A União deverá, pois, criar uma estrutura



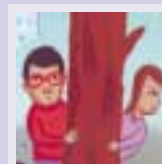
que lhe permita aproximar-se dos seus parceiros ACP e iniciar com eles a análise e resolução das questões de instabilidade interna e dos problemas de gestão que dificultam o funcionamento dos instrumentos comerciais e de ajuda. A UE considera que o diálogo político visa estabelecer um enquadramento favorável, em primeiro lugar, à análise dos aspectos fundamentais relativos à boa gestão dos assuntos públicos, à democracia, ao respeito dos direitos humanos e à consolidação e preservação do Estado de direito, e, em segundo lugar, ao exame das questões que se relacionam com a instabilidade política e a prevenção e resolução de conflitos.





Quando, na manhã seguinte, regressa à escola, Matias, para espanto dos colegas, já não é a mesma pessoa. Os amigos surpreendem-se, especialmente, com a camisa de cores vivas que, aliás, é apenas uma ínfima parte da nova realidade que ele descobriu na noite anterior. Sem se aperceber, Matias, através do seu sonho, aprendeu muito sobre o desenvolvimento e ganhou consciência dos desafios que os países pobres enfrentam.

É o que a formação para o desenvolvimento procura conseguir e que pode definir-se como uma série de acções que, com a ajuda de material didáctico, visam proporcionar uma melhor compreensão dos fenómenos de interdependência e solidariedade entre as populações do Norte e do Sul. Um dos seus objectivos é o de reforçar a solidariedade com as populações do Sul através de uma melhor compreensão do seu ambiente económico, social e cultural. Promovendo a consciencialização dos cidadãos do Norte e, em muitos casos, tornando-os mais participativos, a formação para o desenvolvimento constitui, por si só, uma poderosa alavanca desse desenvolvimento.

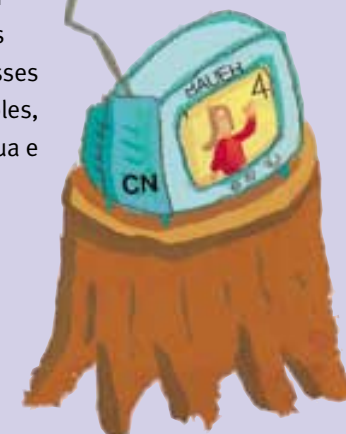


A União Europeia tem plena consciência da necessidade de sensibilizar a opinião pública para a importância do desenvolvimento nos países pobres do hemisfério sul do nosso planeta. Tal objectivo atinge-se não só através das acções de formação das ONG, como também das políticas de informação dos Estados-Membros e dos organismos europeus. Com o iminente alargamento da UE a dez novos países, cujas opiniões públicas necessitam de melhor informação sobre a nossa responsabilidade comum na erradicação da pobreza, a formação para o desenvolvimento e a sensibilização tornam-se ainda mais prementes.



Agora que ganhou consciência dos problemas que Amadou e a sua família enfrentam no dia a dia, Matias está determinado a agir. Sensibilizando os companheiros, consegue angariar material para a escola do amigo. Há muitas maneiras de participar na solidariedade internacional, de acordo com o tempo disponível, as capacidades e as preferências de cada um. São muitas as formas de podermos deixar de dizer:

“De qualquer modo, não posso fazer nada, é demasiado tarde, não há nada a fazer”. Cada um de nós, cada cidadão europeu, pode contribuir para melhorar a situação. As acções serão tanto mais eficazes quanto mais colectivas e organizadas forem, por exemplo, através de intercâmbios entre escolas do Norte e do Sul. Mas a solidariedade com esses países pode começar por gestos bem mais simples, como o de moderarmos o nosso consumo de água e electricidade.



Passemos das palavras aos actos

Se, depois de lerem este livro, as vossas crianças quiserem fazer algo de concreto em favor da cooperação para o desenvolvimento, podem procurar mais informação. Há dezenas de organizações governamentais e não-governamentais que têm como objectivo a promoção do desenvolvimento.



Organizações para o desenvolvimento nos Estados-Membros



Austrian Development Co-operation (ADC)



www.bmaa.gv.at



Directorate-General for International Co-operation (DGDC)



www.dgdc.be



Danish International Development Assistance (DANIDA)



www.um.dk/danida



Finnish Department of International Development Co-operation (FINNIDA)



<http://global.finland.fi>



Agence française de Développement (AFD)



www.afd.fr



Haut Conseil de la Coopération internationale (HCCI)



www.hcci.gouv.fr



Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung



www.bmz.de



Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)



www.gtz.de



Ministry of Foreign Affairs



www.mfa.gr/english/index.html



Irish Aid – Department of Foreign Affairs



www.irlgov.ie/iveagh/irishaid



Ministry of Foreign Affairs



www.esteri.it



Agence luxembourgeoise pour la Coopération au Développement (Lux-Development)



www.lux-development.lu/



Ministerie van Buitenlandse Zaken



www.minbuza.nl



Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP)



<http://min-nestrangeiros.pt/mne/portugal/icoop/>



Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA)



www.sida.se



Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI)



www.aeci.es



Department for International Development (DFID)



www.dfid.gov.uk

Para mais informações

Visite o endereço electrónico da D-G Desenvolvimento da Comissão Europeia na Internet:

http://europa.eu.int/comm/development/development_old/sector/social/education_background_en.htm

Onde podem consultar:

→ *Statement by the Council and the Commission on the European Community's Development Policy* (10/11/2000)

→ Relatório do Parlamento Europeu sobre o ensino básico nos países em desenvolvimento, no contexto da sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre as crianças que se realizou em Setembro de 2001 (A5-0278/2001) (INI) – Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação

→ *Education for dynamic economies: Action plan to accelerate progress towards education for all* – Abril 2002 – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial

→ *Evaluation of EC support to the education sector in ACP countries* – Relatório de síntese – Maio de 2002 – Development Researchers' Network (DRN)

→ *Note on international initiatives on education* – June 2002 – Comissão Europeia – D-G Desenvolvimento

→ Notas de Koos Richelle, director-geral, Direcção-Geral do Desenvolvimento – Comissão Europeia – Bruxelas, 29/05/2002 – Seminário *Action Aid Alliance*, Oxfam, *Save the Children* sobre: *EU role in delivering international 'Education Goals'*

COMISSÃO EUROPEIA

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2003–32pág. – 15x22,5 cm

ISBN 92–894–5543–8

ISBN 92–894–5534–9



COMISSÃO EUROPEIA

D-G Desenvolvimento

Rue de la Loi, 200 — B-1049 Bruxelas

Rue de Genève, 12 — B-1140 Bruxelas

E-MAIL development@cec.eu.int

INTERNET http://europa.eu.int/comm/development/index_en.htm



Serviço das Publicações Oficiais
das Comunidades Europeias
L-2985 Luxemburgo

